

Clínica psicanalítica e política sob tensão⁸²

Tiago Corbisier Matheus

Resumo A experiência de análise opera como momento de suspensão da ação do sujeito em sua realidade cotidiana, alienando-o de sua condição política ou, inversamente, favorece a restituição de suas potencialidades como agente transformador de sua *realidade*, ao convocá-lo a posicionar-se frente a seu desejo? Este trabalho visa discutir a tensa relação entre psicanálise e política a partir de um caso clínico.

Palavras-chave clínica; psicanálise; política; ética.

Tiago Corbisier Matheus é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutor em Psicologia Social pela PUCSP e professor do curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGVSP). Lá também exerce atividade de pesquisa pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (-CEAPG) e é responsável pelo programa de suporte psicológico oferecido aos alunos graduandos da fundação. É autor dos livros *Ideais na Adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século* (Annablume/-FAPESP, 2002) e *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise* (Casa do Psicólogo, 2007).

A psicanálise é fruto de seu tempo. Revolucionou o pensamento científico e seus fundamentos, ao expor a força da sexualidade e a irreverência da lógica inconsciente, o que veio a marcar o mundo contemporâneo de modo irreversível, participando da mudança de hábitos, costumes e tradições em diferentes culturas do globo. Ela própria, no entanto, não deixa de ser resultado do processo histórico que a antecedeu, aquele que trouxe o *indivíduo* (imagem de homem autodeterminado e único em sua singularidade, capaz de exercer sua autonomia a partir de sua razão) para a posição central no palco da modernidade, lançando sobre ele esperanças e temores. A psicanálise, como vários estudiosos já mostraram⁸³, cada qual a seu modo, deu sustentação à investigação deste *indivíduo* em sua complexidade subjetiva, bem como descolou-o da noção de sujeito, ao expor a *sujeição* da vil consciência humana às artimanhas de um inconsciente que desliza pelo ilimitado campo do Outro⁸⁴. Lançando-se sobre a neurose do homem moderno, apontou as amarras que o atavam e o isolavam em seu desamparo, permitindo que seu lamento pudesse ser escutado como questionamento das estruturas de poder de instituições sociais tais como a família e as diferentes organizações que sustentam as sociedades contemporâneas.

Porém, a psicanálise traz consigo o risco de virar as costas para a dimensão política da condição humana e para a inserção do sujeito no coletivo, risco este que se dá sob dois prismas. No primeiro, como aponta Rozitchner, a psicanálise não é um corpo coeso, e a obra de Freud dá margem a que diferentes vertentes de psicanalistas promovam a chamada *atomização da individualidade*, ocultando a história dos processos de dominação no campo social. São leituras da obra freudiana que nela se apoiam para realçar em cada sujeito, na teoria e em seu correspondente exercício clínico, os conflitos da existência humana e seus caminhos de enfrentamento, sem articulá-los às injunções e às contradições que configuram cada realidade social. Para Rozitchner, o processo de atomização é expressão de uma posição política “liberal”, que silencia no indivíduo as tensões políticas e sociais que acompanham cada sujeito; como se cada um fosse o primeiro e último agente responsável por sua própria condição.

Num segundo prisma, a questão é tomada de modo mais amplo. A formulação de Žižek sobre a *ideologia do indivíduo* faz ver que esse processo de *atomização* não diz respeito somente à posição teórico-política de determinadas correntes da psicanálise, pois é algo que trata, antes, do modo como tantas sociedades se organizam e se estruturam, sociedades nas quais a psicanálise pôde se desenvolver e encontrou acolhida. Nestes contextos, a atomização é, primeiramente, o momento da ideologia (formulações que se assumem dogmaticamente como verdadeiras) em que a noção de indivíduo ganha estatuto ontológico e amplitude universal, como realização do ideário da ilustração. Torna-se prática institucional e hábito particular, conforme é apreendida e se mostra útil às estruturas de poder vigentes, até, finalmente, penetrar os poros dos sujeitos e se tornar uma realidade que se supõe não ideológica⁸⁵. Trata-se, assim, do processo de *reificação* de um conceito, que de princípio abstrato transforma-se em realidade cotidiana, marcando corpos e sujeitos com inscrições identitárias. Processo longo e turbulento, do qual participam tantos atores sociais e que configura a história de uma ideologia, composta por momentos que se sobrepõem e se interpenetram, sem ponto final. Não se trata, portanto, da sequência de fatos, mas da construção de uma lógica que produz realidade, a partir de um significante – *indivíduo* – em torno do qual múltiplas cadeias são produzidas. Não se pretende aqui desenvolver esse histórico, dada a perspectiva da discussão, que visa a refletir sobre o exercício clínico em sua potência e risco, levando-se em conta a paradoxal relação da psicanálise com a política.

Psicanálise e política:

a ética da psicanálise e o bem público⁸⁶

Política, para Plon, é aquilo “que é da ordem do coletivo” ou o modo de “organizar e dirigir uma coletividade humana”⁸⁷. Tal concepção permite compreender por que houve quem considerasse que o fundamento mesmo da psicanálise estava *em oposição* à questão política. O argumento defende que a singularidade do sujeito da psicanálise se anuncia pela diferença individual ou coletiva frente ao grupo ou à massa, em função de sua condição cindida e descentrada; ou ainda, especificamente, às determinações que configuram o universo em que o sujeito se inscreve. É o que defende Teixeira, a partir de Lacan (Seminário 7), para quem o poema trágico é o que melhor anuncia a ética da psicanálise, pautada no *desejo* que singulariza o sujeito e o constitui como tal; é ele, poema trágico, o limite à “determinação política do bem de todos” e anuncia ao que veio a psicanálise: “ao colocar em cena a dimensão subjetiva que não se deixa subsumir pelo caráter universal do discurso político, a tragédia define o espaço onde se situa a particularidade irreduzível do sujeito no qual buscamos pensar a sua responsabilidade ética”⁸⁸. O resgate da *palavra plena*, como gesto próprio ao herói da tragédia, diz respeito ao desafio que cabe a cada um, de responsabilizar-se por seu destino, ainda que este lhe seja desconhecido e que sobre ele não possua poder deliberativo.

A psicanálise tem como princípio o compromisso com a escuta da singularidade do sujeito. Porém, este compromisso acarreta um risco, tendo em vista suas implicações e, conseqüentemente, o lugar delegado à política. É o preço a ser pago pela defesa da *ética do desejo* quando esta é descolada da dimensão política da escuta psicanalítica: distanciamento e suspeita frente ao que diz respeito ao coletivo e ao que lhe diz respeito (“o bem de todos”). Se por um lado este talvez seja, de fato, o momento necessário à enunciação do sujeito como tal, a restrição da política a esta concepção conduz a psicanálise a uma posição questionável, quando se torna cúmplice do silêncio frente ao coletivo e ao domínio público.

Como Freud indica em seu *Psicologia de massas*, o sujeito psíquico está implicado ao *outro* de modo contraditório, ora a partir da diferença que o singulariza e distancia da maioria hegemônica, ora na identificação que o aproxima e o indiferencia daqueles com os quais forma *massa*. O desejo do sujeito é, conseqüentemente, também aquele capaz de subverter a *diferença* entre os semelhantes, de modo que a oposição entre o indivíduo e o coletivo ocorre para todo sujeito, no conflito de cada um entre os interesses narcísicos e os interesses voltados para a massa. Conflito que, como se sabe, exige a mediação da maioria (ou de cada um, naquilo que possui de convergente com a maioria) a fim de garantir a sobrevivência da ordem social (da coletividade) e a transmissão da cultura. Mediação, em última instância, impossível, porque o conflito não termina, o que justifica ser esta função – a organização da coletividade (governar) –, segundo Freud, uma das profissões impossíveis, como educar e analisar⁸⁹.

Logo, a ética do desejo não é somente aquela que marca a *diferença* do sujeito frente ao coletivo, mas também, paradoxalmente, aquela que sustenta sua indiferenciação na massa. Além disso, a palavra que se volta para a coletividade e seus interesses é fruto da tênue alteridade de que cada um é capaz, a partir do deslizamento de seu narcisismo, de voltar-se para o *outro*, num movimento identificatório igualmente singular. Sendo assim, o *bem coletivo* é um objeto de investimento frágil, dependente da porção narcísica passível de deslocamento e convergência entre os semelhantes. O coletivo é um campo de conflito que, se por um lado está ameaçado pelos interesses narcísicos individuais, por outro, depende da possibilidade de deslocamento desses mesmos interesses para que o *bem comum* possa ser alvo de investimento.

Portanto, o desejo de cada um participa necessariamente da política do *bem comum* e, quando isso não ocorre, o espaço público torna-se expressão do esvaziamento de seu investimento conforme a contrapartida dramática anunciada pela pulsão de morte. Se cabe à psicanálise, primeiramente, o compromisso com a escuta da singularidade do sujeito, a fim de resgatar a possibilidade de circulação do desejo e sua anunciação, é também para restituir ao sujeito o sentido que possa encontrar na palavra política, aquela que diz respeito ao *bem coletivo de cada um*. Se a psicanálise visa a restituir ao sujeito a capacidade de *tornar suportável a infelicidade inevitável da vida cotidiana*, é também para permitir que esta possa ser percebida com maior plasticidade, oferecendo a possibilidade de um diferente posicionamento do sujeito frente às questões com que se defronta.

Nesse sentido, é paradoxal a posição da psicanálise frente à política. Seu objeto não é o *bem comum* em si, mas a singularidade do sujeito desejante. No entanto, ao participar do resgate da condição de sujeito agente, permite, quem sabe, que o espaço compartilhado seja percebido de diferentes modos e reconhecido como palco de investimento (ambivalente) para cada um e de debate das diferenças, conforme a singularidade de seus desejos e de seus movimentos identificatórios. Como consequência, não é somente o governar e o educar que dizem respeito ao político. O exercício da psicanálise também enfrenta esse desafio, em função das possibilidades que traz para o sujeito, no reposicionamento frente a seus desejos, seu discurso e o coletivo ao qual se dirige.

A inquietação da clínica cotidiana

Maurício encerrou seu segundo período de análise comigo⁹⁰. É um arquiteto com cerca de 45 anos que encontrou na vida profissional o canal privilegiado de seus investimentos libidinais, onde encontra satisfação e reconhecimento. Não tem filhos e mantém uma relação conjugal estável há cerca de vinte anos, condição que lhe dá respaldo e disponibilidade para dedicar-se a seus projetos profissionais. No primeiro período de análise, trouxe como queixa uma angústia difusa, que emergia de modo intenso e repentino – como um *pânico*⁹¹ – o que produzia nele uma sensação constante de apreensão e ameaça.

Com cerca de dois anos de trabalho de análise, durante os quais se mostrou comprometido e mobilizado, esse sintoma foi aos poucos perdendo intensidade e diminuindo frequência. Interrompeu nessa época o atendimento de modo repentino e desavisado, antecipando as férias em algumas semanas ao inicialmente combinado e não retornando no período previsto.

Um ou dois anos depois retoma contato e pede para retornar às sessões. O pânico já não fazia parte de sua experiência de vida e suas angústias encontravam maior representação, focando-se particularmente no convívio social; emergiam, sobretudo, em momentos que exigiam dele maior exposição ou espontaneidade. Profissionalmente, ganhara reconhecimento e conquistara maior espaço, ampliando gradualmente o tamanho de sua empresa e de sua rede de contatos, passo que contribuía para seu entusiasmo, mas não deixava de trazer inquietação e angústia. Após cerca de um ano de análise, alegando sempre as questões profissionais, começou a faltar. As solicitações de alteração de horários então se tornaram frequentes e mostrava contrariedade quando não era atendido em suas demandas. Quando aponto o modo exigente de sua postura, pôde perceber a articulação entre as questões transferenciais e os obstáculos que enfrentava na vida profissional e na vida pessoal, sem deixar de demonstrar sua postura ambivalente frente à análise.

Na vida pessoal, sua relação conjugal mostrava-se tanto um *porto seguro* frente aos contatos sociais necessários profissionalmente, quanto uma barreira às experiências e expectativas que suas conquistas lhe traziam. Com sua companheira, oscilava entre a devoção da gratidão pelo *apoio* recebido e a revolta pela opressão de se perceber controlado e pouco reconhecido por suas conquistas. Mas titubeava diante da possibilidade de questionamento da relação e de levantar qualquer crítica que pudesse ameaçar a estabilidade alcançada. Este parecia ser um ponto sensível em sua análise, que, assim, também se tornava uma ameaça ao arranjo fragilmente estabelecido entre sua vida profissional, sua contenção social e o ambivalente resguardo de sua relação conjugal. Esta última, por sua vez, fazia eco a uma história de vida familiar marcada pela distância dos pais, que se polarizavam entre imagens de rigor estético e higiênico (mãe) e de distância formal (*ao pai cabe trabalhar e sustentar a família*), e por relações familiares pautadas pela dependência e pela indiscriminação. Os caminhos encontrados para conquistar alguma diferenciação e buscar maior autonomia no meio familiar acabaram sendo o rompimento e o afastamento silencioso.

Certo dia, Maurício entra e se deita, permanecendo por um tempo maior que o usual em silêncio. Quando toma a palavra diz que está “tomando decisões” e que decidira interromper momentaneamente a análise, justificando-se com mudanças em seu escritório que estariam exigindo mais a sua presença, não sendo possível manter os horários de análise preservados. Conta que seu “braço direito” recebera uma proposta profissional vantajosa e que cabia a ele, Maurício, apoiá-lo, como retribuição ao muito que dele teria recebido. Conta que se via em demasiada dependência deste seu funcionário e que o momento exigia desprendimento, que teria que assumir as funções que então delegara e que precisava da minha ajuda para realizar tal passo. Considerava sua decisão como “puramente operacional” e anunciava que retornaria assim que a estrutura funcional no escritório estivesse redefinida e em funcionamento.

Digo, então, que a situação não se mostrava como uma questão meramente operacional e que, nesse aspecto, os horários poderiam ser de algum modo ajustados, que algum arranjo seria possível. Entendia, porém, que a saída de seu funcionário operava como um provocador para poder pensar em suas possibilidades de desprendimento e de separação como possibilidade de vinculação.

Maurício reafirma que a questão era uma “situação de trabalho”, que não gostava de ficar desmarcando horários e que isso seria ruim para ele e para mim. Entendia como um arranjo provisório e queria saber se poderia voltar, assim que seus horários estivessem melhor definidos. Digo que aquele horário específico não estaria garantido, mas que algum seria possível.

Perguntava-me se deixara passar algo que o tivesse favorecido em seu movimento, se pontos cegos de minha escuta teriam entrado e dominado a cena. Como diz Lacan, a resistência é sempre do analista (1997). Minha ferida narcísica se fazia presente e me convocava ao trabalho que a função de analista exige. Não era, obviamente, uma experiência nova, tendo em vista as diversas modalidades de *fim de análise* que

tantos pacientes nos apresentam, instigando nossas feridas, que nos demandam elaboração. Esse trabalho, em alguma medida, surge como possibilidade de pensar nesses momentos, que tantas vezes deixamos por conta de nossas análises, supervisões ou queixas entre pares sobre os desafios da profissão. A aposta, portanto, falava também do anseio de perceber a interrupção com olhos que não estivessem tomados por uma angústia narcísica, aprisionada num questionamento especular, mas que pudesse fazer uso das reverberações desta inquietação para escutar outras possibilidades de sentido.

A interrupção de Maurício não era nem a sua primeira experiência desse teor, nem a minha. Na vez anterior, sem muita originalidade, interrompera os atendimentos em meio ao período de férias, sem fazer o investimento de pôr em palavras sua intenção ou decisão. Dessa vez, pôde fazê-lo, permitindo-nos a oportunidade de falar a respeito. Da minha parte, considerava que, apesar do caráter disruptivo de sua interrupção anterior, fizera algum movimento que o permitiu se recolocar diante de seus sintomas, deslocando suas queixas, o que me parecia relevante o suficiente para considerar o sentido daquele tempo de sua ausência no processo de análise.

Ainda que pudesse haver em sua decisão pela interrupção uma repetição na suspensão do trabalho de análise, apostei que poderia ser também, a seu modo, um pedido de ajuda em relação ao movimento que se propunha a fazer. Referia-se à situação de trabalho, mas seu desprendimento apontava para a tentativa de restabelecer vínculos em parâmetros menos controladores, dependentes e, portanto, menos ameaçadores. Pedia apoio e crédito em sua saída, autorização para se desprender e, paradoxalmente, autorizar-se em seu caminho. Buscava construir novos parâmetros de relação e a experiência de separação mostrava ser um caminho necessário. Almejava estabelecer um vínculo que não viesse a ser mais uma amarra, mais um vínculo de dependência cega ou de controle e desconfiança, mas sim um vínculo onde estar com o outro fosse resultado de uma deliberação passível de reafirmação ou de refutação, na vertigem da incerteza de um devir não garantido pelo “felizes para sempre”. Para poder voltar, era preciso ir. Essa era a aposta, tanto dele quanto minha.

Foi nesta perspectiva que me vi levado à posição de um pai que é convocado a assumir a própria morte (simbólica) para permitir o crescimento do filho, considerando que abrir mão do espaço de análise poderia ser o meio para que pudesse seguir seu processo analítico, alhures – assumindo que a análise, como disposição de escuta do inconsciente, pelo sujeito, é do paciente e não está garantida pelo *setting* analítico –, comprometendo-se com suas palavras e seus efeitos. Havia ali um paradoxo, de que sua busca de autonomia (não depender do funcionário) implicasse a suspensão da análise, como se esta fosse um impedimento para tanto. Restavam conteúdos não trabalhados e diretamente implicados em sua decisão, tal como os temas da dependência e do controle, marcas de sua história que poderiam ali ser reescritas. Seria a interrupção uma tentativa de preservar a relação conjugal dos *riscos da análise*? Em alguma medida, a situação levava a crer que sim. Restava, também, o eco de sua resposta – *é apenas uma situação de trabalho* – para a afirmação de que fora provocado a pensar acerca da separação como possibilidade de vinculação. Eco que não foi nem negado, nem confirmado, mas escutado.

No fio da navalha operamos. Também nós nos comprometemos com nossas palavras, com seu peso e seus efeitos. Ao não concordar com o sentido proposto por Maurício à interrupção – *é apenas uma situação de trabalho* –, mas, ainda assim, considerá-la, apostando no *desprendimento como possibilidade de vinculação*, almejei sustentar a alteridade de incluir no processo de análise aquilo que parecia fazer-lhe oposição, a interrupção: que Maurício se comprometesse com seu discurso e, em última instância e paradoxalmente, com a sequência de sua própria análise. Não havia garantia para a aposta; sobrava o resto do material não trabalhado. Apostava no *bem de sua análise*, aposta que exigia colocar em xeque o próprio espaço analítico, lugar que me era caro para dar suporte à análise de Maurício.

Ele, por sua vez, vira-se levado a aceitar a decisão de seu funcionário *braço direito* e a dar-lhe apoio, como retribuição ao que recebera. Estaria ele, nesse ponto, agindo a partir de sua mobilização frente ao *bem de um outro*, que lhe fora particularmente caro? Propusera-se a repensar a estrutura de sua empresa e almejava evitar uma situação de dependência profissional contrária à perspectiva de uma maior autonomia. Seus investimentos narcísicos canalizados em torno de sua *obra* – o escritório e seu negócio – demandaram

o investimento de outros sujeitos nesse mesmo objeto, dando-lhe suporte em sua empreitada. A dedicação que mobilizava em seus funcionários para o trabalho do escritório era vivida como investimento que recebia para si próprio, como prova do amor que lhe era ofertado pelos membros de sua equipe. No momento em que seu *braço direito* se voltava não mais para sua *obra* (de Maurício), mas para um *bem próprio* – a carreira dele, funcionário – surge para Maurício a possibilidade de viver a gratidão pelo investimento recebido, provocando assim a disposição para fazer ele também uma inversão de investimentos e deslocar parte de sua libido (de origem narcísica) *para o bem de um outro*. Se esta libido continua operando no campo narcísico – via identificação com alguém capaz de realizar uma separação com gratidão e cultivo de seu ideal de eu, alvo do reconhecimento desse outro identificado – ela não deixa de ganhar envergadura e plasticidade suficiente para se reconhecer na ação desse outro e tornar-se dele cúmplice.

Nesse movimento, então, fazia pelo outro aquilo que gostaria que tivessem feito por ele. O suporte recebido permitia-lhe reconstruir, em ato, o sentido da história de relações familiares que carregava em sua bagagem: na operacionalidade de sua decisão de apoio ao funcionário e de reorganização de sua empresa, a separação vivida produziu um descolamento das marcas de distanciamento, de perda e do isolamento que experimentara, tornando-se o anúncio da possibilidade de reconhecimento mútuo – retribuição ao funcionário pela devoção do trabalho – e de reconstrução do próprio lugar a ser ocupado em seus projetos futuros, agora com maior autonomia e sem necessidade de isolamento e de risco de fragmentação. Como bem percebeu a psicanalista Silvia Nogueira, ao comentar o ensaio, Maurício pode, paradoxalmente, recuperar a potência de seu próprio corpo ao *abrir mão* de seu *braço direito*. Saída frente à angústia de castração que lhe permite fazer uso de seu narcisismo em favor de caminhos mais favoráveis a experiências distintas das que portava em sua bagagem, sob a marca da cumplicidade. As experiências de perda vividas em seu histórico familiar o teriam levado a uma condição de insuficiência e imobilismo que até então não teria condições de tocar, e o gesto de afastamento deste outro reparador – seu funcionário dedicado – permitira, agora, transformá-lo como movimento próprio, em favor de sua autonomia, ressignificando a marca da perda em potência restaurada.

Se esse entendimento fazia sentido, deixava em dúvida sua implicação à interrupção dos atendimentos no processo de análise. Seria preciso interromper para realizar tal movimento? Resto para o analista, marcando a suspensão da aposta feita. Maurício optava por navegar por sua própria conta naquele momento, compartilhando sua decisão e perguntando se era possível fazer tal movimento sem rompimento, nem ressentimento. Assim foi.

Política e clínica

Por que falar em política a partir desse caso? O caso não destaca *questões sociais* prementes nos temas levantados, nem trata diretamente da disputa de forças entre sujeitos em busca de posições de poder. Trata, sobretudo, do pedido de interrupção do atendimento a um paciente mobilizado por seus investimentos profissionais e pelo modo como vive seus vínculos profissionais e, indiretamente, os pessoais. São temas recorrentes entre frequentadores das clínicas de atendimento psicológico e passíveis de serem abordados de tantos e tão diferentes recortes. A perspectiva política surge como possibilidade de pensar num particular recorte acerca da função do analista em sua posição de escuta e de questionar as fronteiras do próprio saber e de sua prática clínica.

O caso apresentado mostra a frágil, tênue e significativa alteridade que somos capazes de experimentar, conforme a posição que cada um ocupa na dinâmica transferencial. Alteridade que emerge da implicação do *bem próprio* ao *bem do outro* e vice-versa. Maurício se viu investido por outrem a quem quis retribuir com sua gratidão, construindo assim um caminho de ressignificação de suas relações – pautadas, até então, pelas insígnias de controle, distância formal e isolamento –, em prol de um novo sentido para a experiência de separação. Seu *bem próprio* ganhava nova perspectiva a partir do *bem de um outro*, que o tomara (via escritório) como objeto de investimento; a alteridade anunciada por este outro

(seu funcionário) mobilizou-o a experimentar também um gesto de alteridade em reciprocidade. Da minha parte, na posição de analista, apostei na reconstrução de sentido dos vínculos estabelecidos e, em favor de um processo de análise (apostando em sua continuidade fora do consultório), e do exercício de sua autonomia (que apostava ganhar corpo com as posições que tomava), dei sustentação a sua decisão de *colocar em jogo* o próprio espaço analítico – fazendo desta moeda de troca no jogo de apostas da dinâmica transferencial. O *bem da análise*⁹² – o desejo do analista depende desta utopia – exigia o questionamento do espaço da análise. A perspectiva política desponta, aqui, como frágil alteridade em que esbarramos no exercício clínico, quando participamos do instante em que ocorre o entrecruzamento entre os bens de uns e de outros, aqui chamado de *bem comum*. Este instante fugaz permitiria o descolamento da análise de um finalismo individualista que viesse a corroborar, diretamente, a legitimação de um ideal de realização do indivíduo como fim em si mesmo.

A situação de análise dá espaço aos investimentos do sujeito em torno de sua própria neurose, que o afasta dos dilemas sociais (ou o imobiliza em meio a estes) que o cercam. Por outro lado, o trabalho de análise opera em favor da restituição das potencialidades do sujeito como agente de transformação de sua realidade, quando permite a este descolar-se de sua porção neurótica e posicionar-se frente a seu desejo, o que exige um movimento diante do mundo em que vive, independentemente da ação que venha a realizar.

Há ainda outra dimensão da política a ser considerada. Ela está presente no próprio estatuto do saber psicanalítico e em seus desdobramentos na prática clínica. Trata-se, aqui, da política dos saberes que disputam o lugar de *verdade* nos discursos sobre o humano. Nesse ponto, vale lembrar a ênfase dada por Freud ao estatuto da psicanálise, que não se propõe a ser uma cosmovisão (*Weltanschauung*), visão de mundo que lhe dê autonomia frente a tantos outros saberes acerca do humano⁹³. Inversamente, ela se propõe (ou deveria), desde o princípio, a reconhecer sua incompletude e a estabelecer diálogo com tais saberes. Coerência lógica de um método e de uma clínica: o analista porta um suposto saber, ocupa um lugar idealizado, restando à análise de cada analista o exercício do desprendimento narcísico necessário para lembrar a diferença entre o sujeito e o lugar que este ocupa. É o que justifica diferenciar análise propriamente dita dos atendimentos clínicos e seus rituais: a análise diz respeito à posição de cada sujeito frente ao inusitado de seu inconsciente e não à frequência ao consultório ou à remuneração correspondente. A análise é, portanto, em última instância, do sujeito que se dispõe a se escutar, não do analista. Logo, o processo analítico também pode, paradoxalmente, ocorrer após a suspensão dos atendimentos, conforme o sujeito venha a se comprometer com o peso de sua palavra e com a força de sua angústia. É o que sugere a experiência clínica, quando ocorre o retorno de pacientes como Maurício que, após períodos de suspensão das sessões, trazem demandas deslocadas das questões anteriormente tratadas. Nesse sentido, a dimensão política é aquela que demanda do analista deparar com as fronteiras de seu saber e de seu exercício clínico, que lhe oferece a oportunidade da alteridade, seja no diálogo com outros saberes, seja na consideração de tantas experiências humanas que venham a participar da escuta do inconsciente humano em sua potência criativa e desejante.

Se o convívio com o outro produz um *mal-estar* inevitável, insolúvel para qualquer arranjo social, sem solução definitiva⁹⁴, por outro lado, a presença do outro é também uma demanda premente e ambivalente para todo sujeito, ao longo de sua existência. Seja na possibilidade de pertencimento a um coletivo, seja na pluralidade de laços identificatórios que o encontro com o outro suscita⁹⁵, o semelhante está para o sujeito sempre como um desafio, como obstáculo ou como demanda. A psicanálise, ao se debruçar sobre o

humano, depara com a dimensão política da experiência humana. A investigação psicanalítica levou Freud a considerar a política, produzindo textos que buscaram analisar tabus, o sagrado, o mal-estar das experiências humanas, a condição das massas e as singelas ilusões humanas⁹⁶. A política, como fundamento da condição humana, é o cenário constante da investigação e da prática da psicanálise, mas é também seu limite, campo estrangeiro que faz fronteira com o saber psicanalítico. Pode ser um obstáculo, bem como pode ser a abertura para o diálogo e para a investigação no estrangeiro.

Referências bibliográficas

- Costa Pereira M.E. (1999). *Pânico e desamparo*. São Paulo: Escuta, 1999.
- Elias N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. *O processo civilizatório*. Trad. R. Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar. 2v.
- Freud S. (1921/1993). *Psicologia de las masas y análisis del yo*. Trad. J.L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. (Obras Completas, vol. 18)
- _____. (1926/1993). *El Método Psicoanalítico de Freud*. Buenos Aires: Amorrortu. (Obras completas, vol. 20)
- _____. (1930/1993). *El malestar en la cultura*. Trad. J.L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1993. (Obras completas, vol. 21)
- _____. (1933/1993). *Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu, 1993. (Obras completas, vol. 22)
- Lacan J. (1997). O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise: seminário 2 (1954-55). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2002). *O desejo e sua interpretação*: seminário 6 (1957-1958). Publicação não comercial. appoa.
- _____. (1959-1960/2008). *O seminário. Livro 7: a ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Matheus T.C. (2007). *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Plon M. (2002). Da política em *O mal-estar* ao mal-estar da política. In: Le Rider, J. et alli. *Em torno de O mal-estar na cultura, de Freud*. Trad. C.L. Oliveira e C. Koltai. São Paulo: Escuta. p.145-185.
- Roudinesco E.; Plon M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Trad. V. Ribeiro, L. Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rozitchner L. (1989). *Freud e o problema do poder*. Trad. M.M. Okamoto e L.G. Braga Fo. São Paulo: Escuta.
- Teixeira A. (1999). A estrutura trágica da ética em J. Lacan. *Revista Agora*, vol. II, n.1, p.155-186.
- Zizek S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.

Psychoanalytic clinic and politics under tension

Abstract Does the experience of analysis work as a moment of interruption of the individual's action on his daily reality, separating him from his political condition? Or, on the contrary, does it promote the recovery of his potentialities as an agent of transformation of his reality, by making him overcome his desire? The purpose of this study is to discuss the tense relationship between psychoanalysis and politics from the standpoint of a clinical case.

Keywords clinic; psychoanalysis; politics; ethics.

Texto recebido: 12/2014

Aprovado: 01/2016